

atenção no livro de Sadlier. Alguma informação sobre o contributo de Pessoa para a teorização do modernismo poético e das modernas concepções de poesia lírica seria também muito bem vinda. No início do século XX, o Ocidente foi testemunha do surgimento de uma poética *impessoal* de «objectividade», designadamente em Pound e Eliot, que melhor se designaria, paradoxalmente, como *peçoana*. É pena que *An Introduction to Fernando Pessoa* acabe por deixar nos seus leitores, seja «o público mais vasto do mundo falante de inglês», seja «o especialista de literatura portuguesa» (p. 2), a impressão de que este livro de Darlene Sadlier não chega a ser nem uma modesta «introdução a Fernando Pessoa» nem uma discussão criticamente estimulante do «modernismo e os paradoxos da autoria».

Maria Irene Ramalho

---

Xavier Greffe, *La gestion du patrimoine culturel*. Paris: Anthropos, 1999, 253 p.

---

Com um vasto *curriculum* em investigação e publicações no domínio da economia pública, Xavier Greffe voltou-se, nos anos 90, para uma área da ciência económica em crescente expansão: a economia da cultura. *La gestion du patrimoine culturel* é o reflexo de preocupações teóricas e de dilemas económicos constatados em trabalhos anteriores como, por exemplo, *La valeur économique du patrimoine* (Paris: Economica, 1990), *Sociétés post-industrielles et redéveloppement* (Paris: Gallimard, 1993) e *Économie du patrimoine* (Paris: École Nationale du Patrimoine, 1998).

Neste trabalho, o autor começa por confrontar a abordagem convencional do património com as novas perspectivas da economia da cultura. A uma visão

que realça a importância do património enquanto herança que é necessário preservar e transmitir às gerações futuras — ainda que essa tarefa não seja pautada por critérios de rentabilidade económica —, Greffe opõe as correntes da economia da cultura que salientam as dimensões e os efeitos económicos do património. Directa ou indirectamente, através do turismo cultural, dos projectos de renovação urbana, dos mercados da arte e do artesanato, o património cria novas actividades económicas, rendimentos e emprego. O lugar e o papel que as sociedades pós-industriais lhe reservam, as normas e as convenções que alargam e diversificam o campo patrimonial conferindo-lhe as características dos bens que são produzidos e consumidos, a crescente imbricação com o léxico e os modelos da economia e o desenvolvimento de formas específicas de gestão e de promoção, levam o autor a defender a imprescindibilidade de olhar o património como uma actividade económica capaz de criar novas fileiras e novas formas de emprego no conjunto da economia, e não como sector de emoção e de lazeres de uma comunidade que quer preservar a sua memória e identidade.

A adopção desta nova abordagem exige, contudo, dois cuidados especiais que os fundamentalismos económicos nem sempre souberam salvaguardar. Por um lado, se é pertinente realçar as dimensões e os efeitos económicos do património, não é menos necessário destacar as funções e os serviços sociais que ele preenche e que desempenha. Por outro lado, é necessário garantir que a lógica cultural não seja substituída por uma lógica economicista e mercantilista. Compreender o relacionamento e as dependências entre a economia e a cultura implica, por exemplo, que a racionalidade económica não seja o principal factor de arbitragem entre opções culturais.

A valorização do património e das actividades do património cultural pelas sociedades avançadas contemporâneas é parte

de uma tendência mais vasta que, também no que respeita à ciência económica, se caracteriza pela importância crescente das actividades culturais e dos serviços de lazer. Neste contexto, Greffe coloca quatro questões relevantes que discutem o estatuto e as funções do património no seio das economias contemporâneas.

Uma primeira questão tem a ver com a importância económica real do património. Ainda que, no plano das representações, o património e as suas actividades ocupem um lugar simbólico relevante, no plano das actividades económicas eles são remetidos para uma posição marginal. O consumo das actividades e serviços ligados ao património cultural e o número de empregos alimentados por esse sector são indicadores que relativizam a sua importância económica. Contudo, o papel das actividades patrimoniais tem efeitos visíveis ao nível da emergência e da consolidação da fileira do turismo cultural, do desenvolvimento de competências e conhecimentos que vão beneficiar os outros sectores da economia e, ainda, da capacidade de criação e de originalidade que podem ser retiradas da conjugação das tradições com as inovações tecnológicas. Neste sentido, o património funciona como alavanca do desenvolvimento social, contribuindo para a criação de valores sociais comuns e funcionando como elemento de identificação de um território.

Compreender o estatuto do património no seio das economias contemporâneas passa também por dar conta do alargamento e da diversificação do campo patrimonial. Esta é uma questão que Greffe trata de um modo mais descritivo e normativo para constatar as dificuldades de conceptualização do campo patrimonial. A conclusão mais interessante desta questão prende-se com o reconhecimento de que o estatuto patrimonial tem menos a ver com uma herança e mais com uma escolha, em que os valores monetários são frequentemente um elemento preponderante dos factores de certificação patrimonial.

Uma terceira questão abordada por Greffe remete para o valor económico do património, aferido a partir dos serviços que ele fornece à sociedade, aos territórios, às empresas e aos particulares. A referência ao valor económico do património exige, desde logo, que se tenham em conta os factores de conflitualidade entre as lógicas patrimoniais e as lógicas económicas. A valorização do património com base em critérios que privilegiem a sua conservação é necessariamente diferente de uma lógica de valorização que ponha a tónica em critérios de utilização e de prestação de serviços diversos ao mercado. Por isso, o papel que o património desempenha nas economias contemporâneas está envolto em questões políticas e faz emergir conflitualidades profundas entre diferentes critérios de valorização e de lógicas de funcionalidade.

Uma outra questão que se põe quando se analisa o lugar do património no seio das economias contemporâneas tem a ver com a sua gestão. O problema central coloca-se relativamente à aceitação e à legitimidade dos modos e dos critérios de gestão que se baseiam em modelos económicos de eficácia e de lucro. Colocando em evidência a pluralidade de objectivos dos bens patrimoniais e as variadas necessidades sociais que satisfazem, Greffe salienta a impossibilidade de se avaliar a *performance* do património através de mecanismos de preços e de lucro.

No respeitante à gestão do património coloca-se ainda a questão da promoção dos bens patrimoniais e, mais uma vez, a possibilidade de adequação das estratégias de *marketing* aos recursos patrimoniais. Quanto a este aspecto específico da gestão, Greffe constata também a necessidade de se ultrapassarem as perspectivas tradicionais que menosprezam o papel activo dos consumidores e chama a atenção para as especificidades do campo patrimonial, que exigem a adopção de variáveis não económicas capazes de explicar os mecanismos da procura dos bens patrimoniais.

Perante a multiplicação acentuada dos bens patrimoniais nas últimas décadas, *La gestion du patrimoine culturel* mostra-nos que a intensificação da patrimonialização é enquadrada por critérios económicos e por valores monetários. Ao discutir os critérios e os modos de gestão do património cultural no seio das economias contemporâneas, Greffe alerta-nos para a crise dos modos tradicionais de gestão dos bens patrimoniais, que é, simultaneamente, uma crise de gestão dos recursos humanos, uma crise

financeira e uma crise de identidade marcada pela dificuldade em captar públicos e em motivar e responsabilizar os agentes das actividades patrimoniais. Os variados exemplos a que Greffe recorre neste livro mostram com clareza as virtudes e os *déficits* com que os modelos da economia e da gestão podem contribuir para a renovação das políticas públicas do património.

Paulo Peixoto